



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SÃO JOÃO

VARA CÍVEL DE SÃO JOÃO - PROJUDI

Av. Irineu Sperotto, 519 - União - São João/PR - CEP: 85.570-000 - Fone: (46)3905-6620 -

Celular: (45) 3308-8345 - E-mail: sj-ju-sccrda@tjpr.jus.br

Autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183

Autos n.: 0000776-12.2023.8.16.0183

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Classificação de créditos

Valor da Causa: R\$ 10.276.053,81

- Autor(s):
- CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME em Recuperação Judicial
 - TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA em Recuperação Judicial

Réu(s): • CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO

Vistos os autos para decisão.

1. DO RELATÓRIO

Perante a Vara Cível da Comarca de São João, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. apresentaram, em 5.5.2023, às 16h56, "*pedido de recuperação judicial*" (autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183) (Movimento n. 1.1), com documentação (Movimentos n. 1.2 a 1.18).

Sustentaram, em síntese, que: **[a]** são empresas familiares, que constituem um grupo econômico, em que a operação e a administração de todas as empresas é gerenciada pelo casal CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO e ELIANE VISNIESKI; **[b]** atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas em todo o território nacional, nos segmentos de transporte de soja, adubo, milho, trigo, aveia, ração animal e combustíveis; **[c]** a primeira empresa fundada pelo grupo foi ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES, em 2018, e, posteriormente, fundaram as empresas TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA., em 2019 e 2020, respectivamente; **[d]** são responsáveis por diversos postos de trabalho no Município de São João/PR, beneficiando mais de 50 (cinquenta) famílias; **[e]** sua crise financeira começou em 2018, logo no início de suas atividades, com a greve dos caminhoneiros e agravou-se com a pandemia causada pelo COVID-19, anunciada em 11.3.2020; **[f]** mesmo diante do caos instaurado perante o cenário político e econômico, manteve seus colaboradores contratados; **[g]** apesar dos esforços para manter suas atividades, o aumento da inflação e da taxa de juros prejudicou sua atividade principal; **[h]** obrigaram-se a ampliar sua frota de caminhões, o que culminou em um endividamento exorbitante; **[i]** em outubro de 2022, um caminhão de sua frota tombou na



região de Minas Gerais, gerando um prejuízo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e ficou parado por 90 (noventa) dias durante o conserto; **[j]** viram suas receitas despencar juntamente com o preço da soja, que representa 70% (setenta por cento) de seu faturamento mensal, porquanto os produtores pararam de vender, aguardando que os preços subissem, deteriorando, assim, seu caixa, atingindo-se o estado de crise financeira; e **[k]** possuem potencial para superar a crise econômica e financeira.

Requereram, por fim, fosse, preliminarmente, processado o feito.

Em decisão anterior (Movimento n. 17.1), determinou-se a realização de constatação prévia.

O perito judicial apresentou o laudo de constatação prévia (Movimento n. 22.2), com documentação (Movimentos n. 22.1, 22.3 e 22.4).

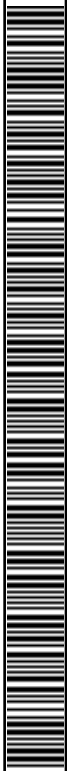
Em decisão anterior (Movimento n. 45.1): **[a]** deferiu-se a consolidação processual e a consolidação substancial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; **[b]** deferiu-se o processamento do pedido de recuperação judicial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; e **[c]** nomeou-se administrador judicial.

O credor BANCO VOLKSWAGEN S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000).

O credor BANCO VOLVO BRASIL S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade do veículo automotor FH 460 6X2T, de placas SDS-2C14, à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Deu-se vista dos autos ao Ministério Público (Movimento n. 47), que se manifestou no sentido da sua não intervenção no feito, salvo nas hipóteses legais expressamente previstas (Movimento n. 69.1).

O administrador judicial promoveu a assinatura do termo de compromisso (Movimento n. 77.2).



Expediu-se edital de intimação de credores, terceiros e interessados (Movimento n. 81.1).

Os devedores: **[a]** informaram que houve a retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A., mediante desconto em sua conta bancária, para cobrir saldo negativo, do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de depósito realizado em seu favor pela empresa MAHLE 10 LTDA.; e **[b]** requereram a restituição do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A. (Movimento n. 90.1), com documentação (Movimento n. 90.2).

O administrador judicial informou a promoção das comunicações e das divulgações legais (Movimento n. 99.1), com documentação (Movimentos n. 99.2 a 99.5).

Os devedores apresentaram o plano de recuperação judicial (Movimento n. 145.1), com documentação (Movimentos n. 145.2 a 145.5).

O administrador judicial apresentou os relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023 e julho de 2023 (Movimento n. 146.1), com documentação (Movimentos n. 146.2 a 146.4).

O administrador judicial apresentou a relação de credores (Movimento n. 147.1), com documentação (Movimentos n. 147.2 a 147.6).

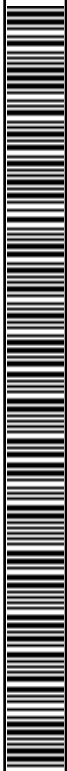
Expediu-se edital de aviso sobre o recebimento do plano de recuperação judicial apresentado pelos devedores (Movimento n. 146.1).

O administrador judicial apresentou relatório de análise do plano de recuperação judicial (Movimento n. 152.1), com documentação (Movimento n. 152.1).

Os devedores: **[a]** alegaram a essencialidade à sua atividade empresarial dos bens de capital consistentes em veículos automotores componentes de seu patrimônio; e **[b]** requereram a determinação de não permissão, durante o período de suspensão (*stay period*), de sua venda ou retirada do estabelecimento (Movimento n. 160.1), com documentação (Movimentos n. 160.2 a 160.34).

O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de agosto de 2023 (Movimento n. 161.1), com documentação (Movimento n. 161.2).

Em decisão anterior (Movimento n. 176.1): **[a]** declarou-se ciência dos relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023, julho de 2023 e agosto de 2023; **[b]** determinou-se a restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.; e **[c]** determinou-se a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial.



Deu-se vista dos autos ao Ministério Público (Movimento n. 184), que se manifestou no sentido de não se opor ao plano de recuperação judicial (Movimento n. 193.1).

Os devedores alegaram a essencialidade à sua atividade empresarial dos bens de capital consistentes em veículos automotores componentes de seu patrimônio (Movimento n. 197.1), com documentação (Movimentos n. 197.2 a 197.187).

O credor BANCO BRADESCO S.A. opôs embargos de declaração (Movimento n. 202.1), com documentação (Movimentos n. 202.2 a 202.25).

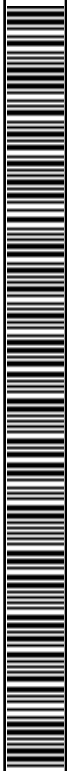
Sustentou, em síntese, que a decisão interlocutória contém contradição, pois: **[a]** o crédito ensejador da retenção de valor na conta bancária dos devedores decorre de contrato com garantia fiduciária, o qual não está submetido à recuperação judicial; **[b]** os devedores pactuaram consigo 2 (dois) contratos com garantia fiduciária, com a consequente liberação de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta reais) e R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), para a aquisição de 2 (dois) caminhões zero quilômetros, mas não pagou nenhuma parcela, sendo que, logo na sequência, ajuizou o presente o feito, com um requerimento de alto deságio, a caracterizar atitude de má-fé dos devedores; e **[c]** os devedores induziram o juízo em erro, pois alegaram a retenção de valor para cobertura de saldo devedor em conta corrente, mas não apresentaram o extrato bancário, do qual seria possível inferir que os valores retidos foram utilizados para baixa parcial do contrato de FINAME, o qual não está submetido à recuperação judicial.

Requeru, por fim, fosse conhecido e provido o recurso a fim de revogar a determinação de restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.

Os devedores: **[a]** informaram que houve o ajuizamento de ação de busca e apreensão pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052), perante a Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, assim o fazendo mediante a indicação de endereço errado, tendo havido a apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73; e **[b]** requereram a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (Movimento n. 214.1), com documentação (Movimentos n. 241.2 a 214.9).

O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de setembro de 2023 (Movimento n. 215.1), com documentação (Movimento n. 215.2).

A credora COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL LIDERANÇA (CRESOL LIDERANÇA): **[a]** alegou que: **[a.1]** o plano de recuperação judicial foi apresentado em 11.9.2023, tendo o administrador judicial se manifestado em 26.9.2023, com edital de aviso de apresentação do plano publicado em 26.9.2023, tendo vencido o prazo de 30 (trinta) dias das objeções ao plano, as quais foram apresentadas por vários credores; **[a.2]** a considerar a apresentação de objeções ao plano,



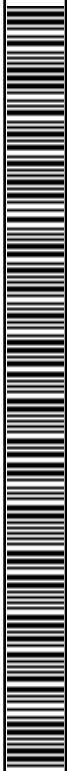
deve-se convocar a assembleia-geral de credores, e, como o deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 11.7.2023, a assembleia-geral de credores, que deve ser instalada até 150 dias do deferimento, deve ser instalada até 8.12.2023, e deve ser concluída em 90 (noventa) dias; **[a.3]** as objeções ao plano de recuperação judicial devem ser apresentadas nos próprios autos principais, e não autuadas em apartado; **[a.4]** após a instauração da assembleia-geral de credores e a votação do plano de recuperação judicial, finda o período de blindagem, passando a ser irrelevante a questão da essencialidade, ou não, dos bens; **[a.5]** o devedor que requer a recuperação judicial para meramente ganhar tempo, protelando a realização da assembleia-geral de credores para se valer da blindagem legal, que vigora por 180 (cento e oitenta) dias prorrogáveis, excepcionalmente, por mais 180 (cento e oitenta) dias, não é um devedor que mostra efetivas condições de reorganização do passivo e continuidade das atividades; e **[a.6]** independentemente de eventual saldo do crédito que sobejar do valor da garantia ser mantido ou não como crédito sujeito à recuperação judicial, o que está sendo discutido nas pertinentes Impugnações Judiciais, fato é que a lei fixa datas para a consecução dos atos na recuperação judicial, as quais podem, eventualmente, ser elastecidas em casos excepcionais, o que, porém, não se verifica no caso dos autos; e **[b]** requereu a convocação da assembleia-geral de credores (Movimento n. 216.1).

Os devedores: **[a]** informaram que houve a suspensão da ordem de busca e apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73 credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., mas sem a determinação de sua restituição (autos n. 0107056-71.2023.8.16.0000); e **[b]** requereram a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (Movimento n. 218.1), com documentação (Movimentos n. 218.2 e 218.3).

Os devedores: **[a]** alegaram que: **[a.1]** em 17.11.2023, tiveram a busca e a apreensão de um bem essencial para a realização de suas atividades, à revelia da vedação legal e judicial de que tal providência ocorresse no período de suspensão, ensejando-lhes um prejuízo, até então, de R\$ 99.257,05 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), a aumentar, pois ainda não tiveram a devolução do bem; **[a.2]** ainda não foram definidas as questões referentes à essencialidade dos bens para a manutenção das suas atividades e à exclusão dos créditos da lista de credores, declarando-se todos os créditos de alienação fiduciária como extraconcursais, de modo que, enquanto isso, os credores agem de maneira agressiva na busca de seus bens e tentam inviabilizar o processo de soerguimento; e **[a.3]** estão sendo afetadas negativamente pelas fortes chuvas na região sul do País, com estradas intransitáveis, caminhões atolados, gerando quebras e ensejando custos com manutenção, além de redução de receitas; e **[b]** requereram a prorrogação do período de suspensão (*stay period*), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (Movimento n. 221.1).

Vieram-me os autos conclusos, em 23.11.2023, a 1h08 (Movimento n. 217).

É o relatório possível e necessário.



Passo a fundamentar e a decidir.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da admissibilidade recursal

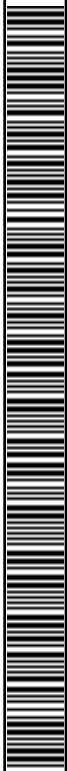
Os embargos de declaração opostos contra a decisão interlocutória são tempestivos (art. 1.023 do Código de Processo Civil) e estão presentes os demais requisitos de admissibilidade incidentes na espécie.

2.2. Dos embargos de declaração

2.2.1. O introito pertinente

Os **embargos de declaração** consistem em recurso passível de oposição contra qualquer decisão judicial (decisão interlocutória ou sentença), que, uma vez que tenha sido proferida, não pode, em regra, ser alterada de ofício pelo juiz, salvo para correção de erro material ou de erro de cálculo, exigindo-se a oposição de embargos de declaração para que seja esclarecida obscuridade, eliminada contradição ou sanada omissão (art. 494 do Código de Processo Civil).

Nesse contexto, vê-se, quanto aos vícios alegáveis, que: **[a] erro material** (arts. 494, incs. I e II, e 1.022, inc. III, do Código de Processo Civil) é aquele relativo ao conteúdo, por divergência entre a ideia e o pensamento do julgador e a manifestação declinada na redação do decisório, e não com o julgamento nela expressado; **[b] erro de cálculo** (art. 494, inc. I, do Código de Processo Civil) é aquele de natureza aritmética, por equívoco matemático na elaboração dos cálculos, e não nos critérios ou nos elementos adotados na operação; **[c] obscuridade** (arts. 494, inc. II, e 1.022, inc. I, do Código de Processo Civil) é a falta de clareza na exposição das ideias escoradoras da fundamentação do decisório, o que compromete a sua adequada interpretação, por falta de coesão ou falha redacional; **[d] contradição** (arts. 494, inc. II, e 1.022, inc. I, do Código de Processo Civil) é a identificação, em análise integral e contextualizada do decisório, de posições antagônicas e incompatíveis entre si no corpo da decisão, o que compromete a sua adequada interpretação, por falta de coerência ou falha redacional; e **[e] omissão** (arts. 494, inc. II, e 1.022, inc. II e parágrafo único, do Código de Processo Civil) é a falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de direito ou de fato aventado na tramitação processual e sobre o qual o juiz deveria se pronunciar (art. 489, § 1º, inc. IV, do Código de Processo Civil), de modo que, ao não fazê-lo, deixa de cumprir seu ofício e, ao fim e ao cabo, nega a oferta da prestação jurisdicional, em afronta aos princípios do acesso à justiça e da inafastabilidade da jurisdição, corolários do direito de ação (art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil).



Sob esse prisma, o julgamento dos embargos de declaração pode ensejar a concessão de **efeitos infringentes** (art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil), que se restringe, porém, às consequências da correção do erro material ou do erro de cálculo, do esclarecimento da obscuridade, da eliminação da contradição ou da sanção da omissão.

Feita a necessária introdução, passa-se à análise da espécie.

2.2.2. O caso concreto

Na situação vertente, constata-se que a parte embargante sustenta, em síntese, que a decisão interlocutória contém contradição.

Não lhe assiste sorte, pelas razões a seguir expostas.

Explica-se.

O credor BANCO BRADESCO S.A. sustenta que: **[a]** o crédito ensejador da retenção de valor na conta bancária dos devedores decorre de contrato com garantia fiduciária, o qual não está submetido à recuperação judicial; **[b]** os devedores pactuaram consigo 2 (dois) contratos com garantia fiduciária, com a consequente liberação de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta reais) e R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), para a aquisição de 2 (dois) caminhões zero quilômetros, mas não pagou nenhuma parcela, sendo que, logo na sequência, ajuizou o presente o feito, com um requerimento de alto deságio, a caracterizar atitude de má-fé dos devedores; e **[c]** os devedores induziram o juízo em erro, pois alegaram a retenção de valor para cobertura de saldo devedor em conta corrente, mas não apresentaram o extrato bancário, do qual seria possível inferir que os valores retidos foram utilizados para baixa parcial do contrato de FINAME, o qual não está submetido à recuperação judicial.

Com efeito, vê-se que as alegações apresentadas caracterizam, essencialmente, mera tentativa de rediscussão da matéria sobre a qual já se versou, de modo suficiente e completo, na decisão interlocutória embargada (Movimento n. 176.1), não sendo os embargos de declaração a via processual adequada para que sejam revisitadas as razões de direito e de fato lançadas no decisório ora recorrido, porquanto via de estreita aplicação.

Ademais, o julgador deve apreciar todas as pretensões aportadas à baila pelas partes processuais litigantes, com a justificativa, conforme o caso, tanto à sua acolhida quanto à sua rejeição, sob pena, de certa forma, de negativa de tutela jurisdicional, em ofensa aos princípios do acesso à justiça e da inafastabilidade da jurisdição, corolários do direito de ação (art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Todavia, não se trata de questão absoluta, pois a decisão pode se fundamentar em apenas alguns dos argumentos que tenham sido expostos nos autos, por uma parte ou pela outra, deixando o juízo, legitimamente, de se manifestar sobre outros, desde que, de um lado, sejam suficientes aqueles adotados para deslindar a controvérsia e justificar as razões do



convencimento do juízo (art. 93, inc. IX, da Constituição da República Federativa do Brasil) e, de outro lado, não seja a conclusão fático-jurídica formulada passível de alteração pelas demais alegações relegadas (art. 489, § 1º, inc. IV, do Código de Processo Civil).

Dessa feita, NÃO ACOLHO a tese da parte embargante.

Assim, cabível o conhecimento e o desprovimento do recurso.

2.3. Da recuperação judicial

2.3.1. O introito pertinente

A **crise empresarial** pode encontrar: **[a] solução de mercado**, que é aquela que decorre da própria atuação do mercado, sem intervenção estatal; ou **[b] solução estatal**, que é aquela que tem vez, em tese, na impossibilidade de uso das soluções de mercado, havendo: **[b.1] solução geral**, a saber, recuperação extrajudicial e recuperação judicial (Lei n. 11.101/2005), com atuação do Poder Judiciário, não como responsável pela reestruturação da atividade, mas como quem vai acompanhar a aplicação da lei; e **[b.2] solução específica**, a saber, liquidação extrajudicial (Lei n. 6.024/1974), que incide em certos ramos, tais como instituições financeiras propriamente ditas e por equiparação, em razão de seu caráter mais estratégico à economia nacional.

Sob esse prisma, a **recuperação judicial** é uma modalidade de solução estatal geral à crise empresarial que tem por **objetivo** viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei n. 11.101/2005).

Feita a necessária introdução, passa-se à análise da espécie.

2.3.2. O caso concreto

Na situação vertente, constata-se que há temáticas pendentes de apreciação.

Explica-se.

1. Primeiro, os devedores informaram, num primeiro momento, que houve o ajuizamento de ação de busca e apreensão pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052), perante a Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, assim o fazendo mediante a indicação de endereço errado, tendo havido a apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, e, num momento, que houve a suspensão da ordem de busca e apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., mas sem a determinação de sua



restituição (autos n. 0107056-71.2023.8.16.0000), e requereram a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (Movimentos n. 214.1 e 218.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...].

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência. [...].

§ 7º-A - O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

Art. 49. [...].

§ 3º - Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.



A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (stay period), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...].*

f.2) a suspensão de todas as ações e as execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam (arts. 6º, inc. II, 52, inc. III, da Lei n. 11.101/2005), observando-se que: [...].

*f.2.3) prosseguirão as ações e as execuções ajuizadas pelos credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de bem imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, **não se permitindo, contudo, durante o período de suspensão (stay period), a venda ou a retirada do estabelecimento dos devedores dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005)**, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período de suspensão (stay period) (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005); [...]. (fls. 15/16 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).*

Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar que os devedores atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas, os veículos automotores componentes de seu patrimônio, a priori, seriam bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, não sendo possível, portanto, a sua retirada do estabelecimento dos devedores.

Contudo, em pertinente reflexão, em sede de recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000), o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade



dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, em síntese, sob os seguintes fundamentos:

[...]. Extrai-se dos autos que as empresas agravadas possuem cerca de vinte caminhões e o auto de constatação prévia indicou a existência de sete colaboradores do grupo empresarial, de modo que parece necessário avaliar adequadamente a essencialidade de todos os bens indicados pela parte agravada nos autos de origem. Aparentemente, é o caso de avaliar individualmente quais dos bens indicados pela parte agravada são essenciais à manutenção da atividade empresarial. [...]. (fls. 24/25 do Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000; e 22 do Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Por tal razão, então, em cumprimento à determinação da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, este juízo (Movimento n. 176.1) assim determinou:

*[...]. e) DETERMINO a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101 /2005), razão pela qual DETERMINO a intimação do administrador judicial, para que, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, promova as diligências necessárias para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, devendo indicar, discriminadamente, aqueles tidos como essenciais e aqueles tidos como não-essenciais; [...]. (fl. 8 do Movimento n. 176.1, com destaque no original).*

Dessa feita, vê-se que vigora, até o momento, a proibição à retirada do estabelecimento dos devedores, durante o período de suspensão (*stay period*), dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, no que se enquadram os veículos automotores componentes de seu patrimônio, a considerar que os devedores atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas, sendo que a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná apenas determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, a fim de confirmar ou não o cabimento da proibição em testilha, mas não suspendeu, até a consecução de tais diligências, os efeitos da determinação anterior.

Nada obstante tal cenário, em ato, para além de dissonante das decisões deste juízo, com fortíssimos indícios de má-fé processual, em aparente gravíssimo e reprovabilíssimo artil



processual, o credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. ajuizou ação de busca e apreensão (autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052) em relação a um dos veículos automotores perante a Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, com a indicação de endereço que, por certo, sabia não ser dos devedores, pois, ainda que a rua, o número e o bairro indicados fossem os mesmos (Rua Esperança, n. 528, Centro), à evidência, o município e o CEP não o eram, tendo-se indicado Município de Barracão/PR, CEP 85700-000, enquanto que, em verdade, era Município de São João/PR, CEP 85570-000, conforme, aliás, estampado, de forma solar, no contrato apresentado pela própria parte como lastro à demanda (Movimento n. 1.6 dos autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052).

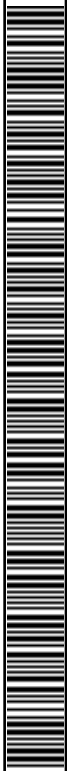
Em tal esteio, aliás, foi que, mesmo que, porquanto induzido a erro, o juízo da Vara Cível da Comarca de Barracão/PR tenha deferido o pedido de tutela provisória formulado pelo autor, com a expedição da ordem de busca e apreensão (Movimento n. 31.1 dos autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052), tão logo instado, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sede recursal, de plano, suspendeu os efeitos da decisão interlocutória objurgada (Movimento n. 11.1 dos autos n. 0107056-71.2023.8.16.0000).

Todavia, a despeito da suspensão dos efeitos da decisão interlocutória objurgada, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não determinou expressamente, nada obstante consectário lógico da deliberação - quer-se crer, inclusive, que a ausência de disposição expressa em referido decisório se deu, justamente, por ter se tido a providência como consequência evidente -, a restituição do veículo automotor apreendido, o que, também, não foi determinado pelo juízo da Vara Cível da Comarca de Barracão/PR quando cientificado da decisão da Instância Recursal, limitando-se ao declínio de competência (Movimento n. 54.1 dos autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052), mas, por todo o exposto, deve se dar imediatamente, especialmente a considerar que a busca e a apreensão derivaram, como dito, de ato, para além de dissonante das decisões deste juízo, com fortíssimos indícios de má-fé processual, em aparente gravíssimo e reprovabilíssimo ardil processual.

Logo, cabível a restituição aos devedores do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, objeto de busca e apreensão decorrentes de ação ajuizada pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.

2. Segundo, a credora COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL LIDERANÇA (CRESOL LIDERANÇA) alegou que as objeções ao plano de recuperação judicial devem ser apresentadas nos próprios autos principais, e não autuadas em apartado (Movimento n. 216.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:



Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Caso, na data da publicação da relação de que trata o caput deste artigo, não tenha sido publicado o aviso previsto no art. 53, parágrafo único, desta Lei, contar-se-á da publicação deste o prazo para as objeções.

A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

[...]. I) ADVIRTO os credores de que: [...].

I.3) publicado o edital de divulgação do recebimento do plano, na forma da lei (art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005), os credores, no prazo de 30 (trinta) dias, poderão apresentar objeções ao plano de recuperação judicial, que deverão ser apresentadas ao juiz (art. 55 da Lei n. 11.101/2005), devendo ser autuadas, necessariamente, em autos apartados, cabendo ao cartório observar que, em havendo a apresentação nos autos principais, deve certificar o equívoco e intimar o credor para promover o protocolo em autos apartados, promovendo a invalidação da respectiva movimentação, para evitar tumulto processual, independentemente de nova deliberação judicial; [...]. (fls. 21/22 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).

Ora, a Lei n. 11.101/2005 não dispõe se as objeções ao plano de recuperação judicial devem ser apresentadas nos autos principais ou em autos apartados, não havendo, portanto, limitação de forma pré-estabelecida a vincular o juízo, razão pela qual, então, no espectro da conveniência e da oportunidade próprias da condição do juiz enquanto condutor do feito, é cabível a determinação do juízo de que as objeções sejam apresentadas em autos apartados, para evitar tumulto processual, especialmente quando assim advertidos, de plano, os credores, não havendo que se falar, portanto, em surpresa processual, sem prejuízo, por certo, mesmo porque evidente, de ser assegurado a todos que de direito o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inc. LV, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Outro não é, aliás, o entendimento da jurisprudência pátria:



[...]. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MANIFESTAÇÃO DOS CREDORES. AUTOS SUPLEMENTARES. [...].

Saliente-se que não há na Lei citada qualquer óbice à instauração de autos suplementares e nem determinação para que as objeções e/ou manifestações dos credores tenham que ser acostadas aos autos principais [...].

Ora, no caso concreto, é nítida a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e à legislação que trata a matéria, ao permitir as manifestações dos credores, ainda que em autos suplementares [...]. (TJRJ, Agravo de Instrumento n. 0021393-54.2015.8.19.0000, relator Desembargador JOSÉ CARLOS PAES, Décima Quarta Câmara Cível, julgado em 7.5.2015).

[...]. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. [...]. PROCESSAMENTO DAS OBJEÇÕES EM AUTOS APARTADOS. POSSIBILIDADE. [...].

Tangentemente às objeções, inexistente óbice que sejam processadas em autos apartados, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, especialmente pela ausência de determinação legal para que as objeções ou manifestações dos credores tenham que ser acostadas aos autos principais. [...]. (TJRS, Agravo de Instrumento n. 70066952888, relator Desembargador LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA, Sexta Câmara Cível, julgado em 9.6.2016).

Sob esse prisma, no caso dos autos, a determinação de autuação, necessariamente, em autos apartados, das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores deve ser mantida e, por consectário lógico, prontamente cumprida pelos credores.

Logo, cabível a manutenção da determinação de autuação, necessariamente, em autos apartados, das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores.

3. Terceiro, a credora COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL LIDERANÇA (CRESOL LIDERANÇA) alegou que: **[a]** o plano de recuperação judicial foi apresentado em 11.9.2023, tendo o administrador judicial se manifestado em 26.9.2023, com edital de aviso de apresentação do plano publicado em 26.9.2023, tendo vencido o prazo de 30 (trinta) dias das objeções ao plano, as quais foram apresentadas por vários credores; **[b]** a considerar a apresentação de objeções ao plano, deve-se convocar a assembleia-geral de credores, e, como o deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 11.7.2023, a assembleia-geral de credores, que deve ser



instalada até 150 dias do deferimento, deve ser instalada até 8.12.2023, e deve ser concluída em 90 (noventa) dias; **[c]** após a instauração da assembleia-geral de credores e a votação do plano de recuperação judicial, finda o período de blindagem, passando a ser irrelevante a questão da essencialidade, ou não, dos bens; **[d]** o devedor que requer a recuperação judicial para meramente ganhar tempo, protelando a realização da assembleia-geral de credores para se valer da blindagem legal, que vigora por 180 (cento e oitenta) dias prorrogáveis, excepcionalmente, por mais 180 (cento e oitenta) dias, não é um devedor que mostra efetivas condições de reorganização do passivo e continuidade das atividades; e **[e]** independentemente de eventual saldo do crédito que sobejar do valor da garantia ser mantido ou não como crédito sujeito à recuperação judicial, o que está sendo discutido nas pertinentes Impugnações Judiciais, fato é que a lei fixa datas para a consecução dos atos na recuperação judicial, as quais podem, eventualmente, ser elastecidas em casos excepcionais, o que, porém, não se verifica no caso dos autos, e requereu a convocação da assembleia-geral de credores (Movimento n. 216.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 56. [...].

§ 1º - A data designada para a realização da assembleia-geral não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Ora, a Lei n. 11.101/2005, ao prever uma data máxima para a realização da assembleia-geral de credores, assim o faz, por certo, num plano meramente ideal, mas com o objetivo, apenas, de busca conferir celeridade ao feito, não havendo, porém, qualquer outra sanção à sua não observância, especialmente por não considerar a realidade atualmente vivenciada pelo Poder Judiciário, com um volume absolutamente invencível de trabalho, porquanto totalmente incompatível com a força de trabalho existente, afora, ainda, a habitual ausência de especialização dos juízes, com a cumulação de competências das mais diversas ordens, a tornar o cumprimento estrito dos prazos legais uma prática de difícilíssima, quiçá impossível, consecução.

Outro não é, aliás, o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

[...]. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO PARA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA. ART. 56/LFR. DISPOSIÇÃO DE PROCEDIMENTO IDEAL. AUSÊNCIA DE NULIDADE PELA NÃO OBSERVAÇÃO. [...].



Não há nulidade pela não observação do prazo para convocação e realização da Assembleia Geral de Credores previsto na Lei de Recuperação e Falências (art. 56, § 1º), porque é estipulado num plano meramente ideal, visando apenas dar celeridade ao procedimento, sem imposição de qualquer outra sanção, especialmente, por não levar em conta a realidade do Judiciário. [...]. (TJPR, Agravo de Instrumento n. 1693578-5, relator Desembargador FRANCISCO CARLOS JORGE, Décima Sétima Câmara Cível, julgado em 22.11.2017).

Sob esse prisma, no caso dos autos, tem-se buscado imprimir ao presente feito um processamento regular, dentro da normalidade possível à realidade desta Comarca, ainda que, porém, não-ideal, mas de forma, por certo, justificada.

Isso porque se trata de juízo que ostenta a condição de Juízo Único, com a cumulação de todas as competências atinentes à Justiça Estadual, afora, ainda, o acervo processual em tramitação perante este juízo, que, além de bastante expressivo, é cronicamente problemático, dados os anos de condução predominantemente um tanto quanto heterodoxa que precederam à assunção deste Magistrado, o qual, também, é o único Juiz responsável pelo integral processamento e julgamento do acervo, não se podendo olvidar, por fim, da defasagem do quadro de servidores desta Comarca, a agravar, ainda mais, infelizmente, o cenário não-ideal instalado.

Dessa feita, ainda que não se consiga realizar a assembleia-geral de credores no prazo ideal de 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento da recuperação judicial, que vence, agora, em meados de dezembro de 2023, a considerar, ainda, a proximidade do recesso forense e da subsequente suspensão legal de prazos processuais, tão logo apto o feito a tanto, com o delineamento de questões pendentes de especial relevância, superados, também, tais óbices decorrentes de limitações legais à plenitude do exercício da atividade forense, haverá, então, a convocação da assembleia-geral de credores.

Logo, cabível o aguardo do curso regular da marcha processual até a efetiva aptidão do feito à convocação da assembleia-geral de credores.

4. Quarto, os devedores alegaram que: **[a]** em 17.11.2023, tiveram a busca e a apreensão de um bem essencial para a realização de suas atividades, à revelia da vedação legal e judicial de que tal providência ocorresse no período de suspensão, ensejando-lhes um prejuízo, até então, de R\$ 99.257,05 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), a aumentar, pois ainda não tiveram a devolução do bem; **[n]** ainda não foram definidas as questões referentes à essencialidade dos bens para a manutenção das suas atividades e à exclusão dos créditos da lista de credores, declarando-se todos os créditos de alienação fiduciária como extraconcursais, de modo que, enquanto isso, os credores agem de



maneira agressiva na busca de seus bens e tentam inviabilizar o processo de soerguimento; e **[c]** estão sendo afetadas negativamente pelas fortes chuvas na região sul do País, com estradas intransitáveis, caminhões atolados, gerando quebras e ensejando custos com manutenção, além de redução de receitas, e requereram a prorrogação do período de suspensão (*stay period*), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (Movimento n. 221.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. [...].

§ 4º - Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (*stay period*), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...]. (fl. 15 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).*

Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar o deferimento da recuperação judicial em 11.7.2023, bem como a contagem em dias corridos (art. 189, § 1º, inc. I, da Lei n. 11.101/2005), o período de suspensão (*stay period*) de 180 (cento e oitenta) dias findará em 7.1.2024, último dia antes do retorno das atividades após o recesso forense.

Por sua vez, nada obstante razoáveis, *a priori*, as razões apresentadas pelos devedores à fundamentação de seu pleito de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias, antes de se deliberar, cumpre ouvir o administrador judicial, que é o profissional com conhecimento técnico especializado que acompanha, de perto, as atividades dos devedores, de modo que poderá se manifestar, de forma mais qualificada, acerca da verossimilhança dos argumentos postos e, assim, da pertinência do alongamento postulado.



Logo, cabível a manifestação do administrador judicial acerca do pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Assim, cabíveis: **[a]** a restituição aos devedores do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, objeto de busca e apreensão decorrentes de ação ajuizada pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.; **[b]** a manutenção da determinação de autuação, necessariamente, em autos apartados, das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores; **[c]** o aguardo do curso regular da marcha processual até a efetiva aptidão do feito à convocação da assembleia-geral de credores; e **[d]** a manifestação do administrador judicial acerca do pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias.

3. DO DISPOSITIVO

À vista do exposto:

a) DECLARO ciência do relatório mensal de atividades de setembro de 2023 (Movimento n. 215.2);

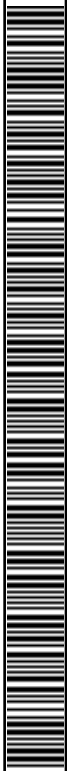
b) CONHEÇO do recurso de embargos de declaração e NEGO-LHE PROVIMENTO;

c) DETERMINO a restituição aos devedores do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, objeto de busca e apreensão decorrentes de ação ajuizada pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (art. 6º, inc. III, da Lei n. 11.101/2005), razão pela qual DETERMINO a sua intimação, para que, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, promova a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, aos devedores;

d) MANTENHO a determinação de autuação, necessariamente, em autos apartados, das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores, razão pela qual DETERMINO ao cartório que, novamente, certifique o equívoco, listando as objeções (Movimentos n. 171.1, 172.1, 173.1, 174.1 e 175.2), e intime os credores para que, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, promovam o protocolo em autos apartados, promovendo a invalidação das respectivas movimentações;

e) DETERMINO o aguardo do curso regular da marcha processual até a efetiva aptidão do feito à convocação da assembleia-geral de credores (art. 56 da Lei n. 11.101/2005);

f) DETERMINO a intimação do administrador judicial, para que, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, manifeste-se, enquanto profissional com conhecimento técnico especializado que acompanha, de perto, as atividades dos devedores, acerca do pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias,



especialmente sobre a verossimilhança dos argumentos invocados pelos devedores e, também, informando se, de algum modo, os devedores concorram para a superação do lapso temporal; e

g) DETERMINO, também, a comunicação ao juízo da Vara Cível da Comarca de Barracão/PR (autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052) e ao relator do recurso de agravo de instrumento (autos n. 0107056-71.2023.8.16.0000) no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná acerca da prolação da presente decisão.

Cumram-se as determinações normativas pertinentes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, com as cautelas de estilo, oportunamente, retornem os autos conclusos.

São João/PR, data da assinatura digital.

(Assinado digitalmente)

LEONARDO MARCIO LAUREANO

Juiz de Direito

